

Conferência Nacional sobre Educação Artística

Braga, Universidade do Minho, 4 de Maio de 2007

Operacionalização: construção de redes de cooperação e de parcerias

Nesta sessão começou por pedir-se aos participantes que se apresentassem e dissessem qual a instituição a que pertencem.

Fez-se também circular uma folha para que nela indicassem o seu nome, a instituição respectiva e o e-mail, de modo a que os elementos da mesa (Rui Madeira, moderador, e Isabel Maria Fernandes, relatora) criassem com esses dados um grupo de contactos.

Decidiu-se também pedir às pessoas presentes que após a reunião, e por e-mail fizessem chegar a Isabel Maria Fernandes (relatora) a sua opinião sobre dois assuntos (após previamente indicarem o seu nome, instituição, função e e-mail): o que lhes parece fazer falta, do ponto de vista da sua experiência profissional, para as boas práticas da educação artística em Portugal (10 linhas de texto, ou seja cerca de mil caracteres, contando espaços) e o que propõem como temáticas de discussão para a Conferência Nacional sobre Educação Artística a realizar na Casa da Música, no Porto, em Outubro (no máximo três temáticas, definidas, cada uma delas em apenas duas linhas). Pediu-se, portanto, que o texto a enviar seja conciso e objectivo.

Após a apresentação dos participantes pôde constatar-se a presença na sala de representantes dos seguintes Ministérios (aqui colocados desde o mais representado ao menos representado):

1. Ministério da Educação;
2. Ministério da Cultura;
3. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
4. Ministério da Ciência e Tecnologia;

Após ter sido dada a palavra aos participantes, decidiu-se que constasse em acta os itens abaixo assinalados, pedindo-se à Comissão Organizadora da Conferência Nacional de

Educação Artística para ter na devida consideração as propostas feitas no decurso desta sessão:

- Abordou-se de modo breve o conceito de educação artística, tendo-se considerado dois níveis de intervenção: o nível do ensino e o da educação artística, tendo-se consequentemente falado sobre educação formal e não-formal.
- Abordou-se a necessidade de a educação artística ser entendida de um modo lato, apoiada a sua dinamização em espaços tão diversos como escolas, museus, teatros, associações culturais..., e em «artes» também tão diversas como a música, a dança, o teatro, o património móvel e imóvel;
- Considerou-se importante que a educação artística seja ela própria entendida como um veículo de Identidade (considerada esta como um conjunto de vivências). Nesse sentido a educação artística deve ser um veículo quer da identidade individual quer da colectiva (entendido este «colectivo» quer como colectivo local, quer num sentido mais vasto);
- Referiu-se a necessidade de criar «boas pontes» entre as escolas e as instituições que de algum modo podem oferecer educação artística, procurando deste modo uma boa interacção entre o transmissor (museus, teatros, academias de música e dança e outras instituições de cariz artístico) e o receptor (as escolas);
- Insistiu-se na necessidade de se saber transmitir as «artes», de haver bons «transmissores» de arte. Sendo para isso necessário haver profissionalismo nesta área;
- Necessidade de divulgação das actividades existentes na área da educação artística. Propõe-se que a DREN possa participar neste processo, concretamente disponibilizando a referida oferta artística na sua página de internet;
- Necessidade de haver melhor divulgação sobre os financiamentos existentes. Sente-se que em algumas áreas há possibilidade de se obter financiamento mas que as pessoas desconhecem a sua existência;
- Necessidade de haver também uma divulgação eficaz dos bons projectos já realizados, de modo a dar a conhecer as boas práticas;

- Chamou-se a atenção para a necessidade de as parcerias serem iniciadas nos próprios locais, na necessidade de criação efectiva de sinergias entre as diferentes instituições que existem localmente;
- Necessidade de reforço das parcerias entre instituições de índole diversa e consequentemente a criação de redes;
- Necessidade de que as escolas possam ter «orçamento» destinado a actividades de educação artística que lhes possibilite desenvolver projectos em parceria com outras instituições e que estes sejam realizados em continuidade. Insistiu-se neste aspecto da continuidade dos projectos e não na sua realização esporádica.
- Necessidade premente de que exista uma rede de transportes escolares que possa permitir às escolas (especialmente aquelas que se encontram em meios mais carenciados) levar os alunos a conhecer e a participar em actividades artísticas. Saliendo-se quão importante é que os alunos possam sair da escola e ir conhecer outras realidades artísticas existentes quer em instituições da sua própria comunidade quer fora dela;
- Importância da participação activa das autarquias locais na divulgação pelas escolas das actividades de educação artística que vão sendo concretizadas por diversas instituições na área de actuação de cada município;
- Importância do envolvimento das autarquias na concessão de meios para que se torne possível levar as diversas «artes» até às escolas. Sugere-se que isto seja feito em continuidade e não esporadicamente;
- Referiu-se a necessidade de se obter mecenato para as actividades de educação artística e nos procedimentos a ter para o conseguir;
- Insistiu-se na necessidade de concretizar projectos, pondo-se no terreno a funcionar os bons projectos de educação artística;
- Propõe-se que se procure legislar no sentido de enquadrar as parcerias entre as instituições da Educação e as da Cultura;
- Sugere-se também a quem de direito que está na hora de passar da teoria à prática. A Administração Central tem de passar rapidamente de um quadro teórico para o pragmatismo da concretização das boas práticas na área da educação artística.